



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150384 - CE (2021/0219310-0)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
RECORRENTE : RONIEL VIEIRA DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADOS : FRANCISCO MARCELO BRANDAO - CE004239
SÔNIA MARINA CHACON BRANDÃO E OUTRO(S) - CE010728
BRUNO CHACON BRANDÃO - CE025257
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RONIEL VIEIRA DE SOUZA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC 628433-88.2021.8.06.0000).

O recorrente encontra-se cautelarmente segregado, em decorrência de prisão em flagrante convertida em preventiva, pelo suposto cometimento do crime previsto nos arts. 171 e 155, § 4º, II e IV, do Código Penal.

Sustenta que a "prática delituosa imputada ao paciente é daquelas em que a lei admite a liberdade provisória" (fl. 129).

Defende que não há fundamentação idônea para a manutenção do decreto prisional preventivo.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja determinada a soltura do recorrente .

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada apresentou os motivos do convencimento, assim justificando:

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSO PENAL. 155, §4º, INCISO II E IV DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. PLEITO DE SOLTURA. TESE DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. DESCABIMENTO. DECISÃO DEVIDAMENTE

FUNDAMENTADA NOS PRECEITOS CONSTANTES NO ART. 312 DO CPP. DEMONSTRADA CONCRETAMENTE A NECESSIDADE DA MEDIDA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IRRELEVÂNCIA DAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. PRECEDENTES DO STJ E STF. PACIENTE QUE NÃO SE ENQUADRA NOS REQUISITOS DA RECOMENDAÇÃO N.62 CNJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. Ordem conhecida e denegada.

Logo de início, mister destacar que a tese de carência de fundamentação da decisão que determinou a segregação do paciente não merece guarida, pois o ato decisório vergastado encontra-se devidamente fundamentado, alicerçando-se nos preceitos legais pertinentes à hipótese, indicando as razões de decidir e apontando elementos concretos e suficientes a indicar a imprescindibilidade da continuidade da prisão preventiva do paciente, sendo de se concluir estarem presentes os requisitos previstos no art. 312, do CPP.

Quanto ao fumus commissi delicti, enquanto provável ocorrência de um delito e pressuposto de qualquer medida cautelar coercitiva no processo penal, a autoridade dita coatora apontou a existência de indícios de autoria e de materialidade delitiva, com alicerce nas provas colhidas pela autoridade policial. Convém ressaltar, nessa perspectiva, a desnecessidade de prova manifesta e inequívoca quanto à autoria no momento da decretação da prisão cautelar, bastando existirem indícios suficientes.

Ainda, acerca do periculum libertatis, enquanto perigo decorrente do estado de liberdade do paciente, a autoridade coatora evidenciou a necessidade da medida constritiva para a garantia da ordem pública, ressaltando a periculosidade evidenciada pelas circunstâncias fáticas do delito imputado ao paciente.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente